

HABEAS CORPUS Nº 515.314 - PR (2019/0167753-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PAULA GREIN DEL SANTORO - PR058146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JEAN LUIZ ASTOLPHO DAMASCENO (PRESO)
PACIENTE : PAULO RICARDO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEAN LUIZ ASTOLPHO DAMASCENO e PAULO RICARDO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Recurso em Sentido Estrito n. 0006753-28.2017.8.16.0075).

Consta dos autos que os pacientes foram pronunciados pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, sendo um consumado e outros cinco tentados, em concurso formal impróprio, e 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, em concurso material com os crimes contra a vida (e-STJ fls. 28/42).

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, o qual foi improvido (e-STJ fls. 43/70), em acórdão assim ementado:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO, TENTATIVA DE HOMICÍDIO (POR 5 VEZES) E CORRUPÇÃO DE MENORES - RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA - PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DO RÉU JEAN LUIZ ASTOLPHO DAMASCENO, SOB ARGUMENTO DE NÃO PARTICIPAÇÃO DOS CRIMES - IMPROCEDENTE - TESE DEFENSIVA QUE NÃO RESTOU COMPROVADA - PLEITO DE IMPRONÚNCIA DOS RÉUS JEAN LUIZ ASTOLPHO DAMASCENO (SUBSIDIARIAMENTE) E PAULO RICARDO DA SILVA - IMPOSSIBILIDADE - EXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA QUE AUTORIZAM A SUBMISSÃO DOS ACUSADOS AO TRIBUNAL DO JÚRI - PEDIDO DE EXCLUSÃO, DA PRONÚNCIA, PARA TODOS OS RECORRENTES, DA ACUSAÇÃO PELO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR - TESE DEFENSIVA DE

INEXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE ARREGIMENTARAM O ADOLESCENTE PARA O COMETIMENTO DO DELITO, OU DE QUE O DESVIRTUARAM MORALMENTE - IMPROCEDENTE - DOLO DE CORROMPER NÃO É O ELEMENTO SUBJETIVO EXIGIDO NO TIPO - CRIME FORMAL - SÚMULA 500, STJ - PEDIDO DE AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS DO MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DAS VÍTIMAS - IMPOSSIBILIDADE - ELEMENTOS DOS AUTOS QUE PERMITEM A MANUTENÇÃO DAS QUALIFICADORAS - NECESSÁRIA APRECIACÃO DA MATÉRIA PELO CONSELHO DE SENTENÇA - RECURSO DESPROVIDO.

O recurso especial interposto pela defesa não foi admitido na origem (e-STJ fls. 71/78).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/13), o impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal aos pacientes, pois manteve sentença de pronúncia sem prova da autoria delitiva. Em relação ao paciente JEAN LUIZ, afirma que ficou provado que o mesmo não é autor ou partícipe do crime, na medida em que não estava na companhia dos demais acusados no momento dos fatos, versão que foi corroborada nos depoimentos prestados por sua cunhada e uma testemunha sigilosa. No que toca ao paciente PAULO RICARDO, assevera que a prova colhida é insuficiente para a sentença de pronúncia.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a concessão da ordem para que o paciente JEAN LUIZ seja sumariamente absolvido e para que o paciente PAULO RICARDO seja impronunciado.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção dos pacientes.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não

verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois a pretensão deduzida, a princípio, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que não é possível na via estreita do *habeas corpus*.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator